

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Petrobrás reduz dívida, mas perde produção.....	2
Título: Estatal planeja aumento de vendas de ativos e PDV.....	3
Título: Maior apagão venezuelano paralisa hospitais, escolas e transportes.....	4
Título: Agência cobra planos de segurança de barragem de 62 hidrelétricas no País.....	5
Título: 86 usinas menores não apresentaram documentos	7
Título: Vale afasta mais 10 funcionários a pedido de força-tarefa	7
Título: A cultura do intervencionismo.....	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Após saída de presidente e diretores, Vale afasta mais 10 funcionários	10
Título: Venezuela entra na segunda noite de apagão energético	11
VEÍCULO: O Globo.....	13
Título: Brumadinho: Vale afasta executivos após recomendação da força-tarefa.....	13
Título: Colapso energético	14
Título: Lupa.....	16
Título: Governo precisará de mais que reforma para zerar déficit.....	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	18
Título: Gasolina sobe no refino	18

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/03/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: Petrobrás reduz dívida, mas perde produção**

Para recuperar o caixa após Lava Jato, estatal vendeu campos e diminuiu investimentos, o que levou extração de petróleo a voltar ao nível de 2014

A recuperação do caixa está custando à Petrobrás a sua produção de petróleo e gás, que, em 2018, despencou ao nível de quatro anos atrás, quando a Operação Lava Jato revelou um esquema de corrupção na empresa. Para reduzir a dívida, a petroleira vendeu campos produtores e cortou investimento. Hoje, gasta com exploração e produção menos que há uma década. Como consequência, a extração de petróleo e a conversão da matéria-prima em combustíveis encolheram.

Para compensar, a estatal ampliou a importação. “A queda da produção é um alerta. Com os recursos que tem no pré-sal, a Petrobrás deveria estar crescendo como as grandes petroleiras. A redução da dívida deve ser feita a qualquer custo?”, avalia o especialista em petróleo e gás, professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ, Edmar Almeida. Em 2018, a Petrobrás produziu 2,62 milhões de barris de óleo equivalente por dia, incluindo petróleo e gás natural – pior desempenho desde 2014. Essa trajetória de queda começou há dois anos, um após o início do processo de recuperação financeira.

O professor da UFRJ lembrou que a maior parte dos ativos que Petrobrás vendeu desde então foram campos de petróleo, porque tem encontrado resistência na Justiça para se desfazer de outros bens. Procurada, a empresa não informou o motivo da queda da produção. Mas, no resultado financeiro, sinalizou três justificativas: a venda de participações nos campos de Lapa e Roncador, a conclusão de testes de produção em outras duas áreas (Itapu e Tartaruga Verde) e o “declínio natural da produção”, que significa que não está conseguindo repor perdas com campos maduros que entraram na fase de esgotamento, principalmente na Bacia de Campos.

Ao todo, a Petrobrás se desfez de R\$ 20 bilhões em ativos em 2018. Os destaques foram acordos de repasse de campos para a francesa Total, a norueguesa Equinor e a norte-americana Murphy. O dinheiro arrecadado foi direcionado, sobretudo, ao pagamento de dívidas. Assim, a estatal conseguiu

atingir a meta financeira e obteve lucro de R\$ 25,8 bilhões, sustentado pela alta do petróleo e pela valorização do dólar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/03/2019

Seção: Economia

Autor: Renato Carvalho

Título: Estatal planeja aumento de vendas de ativos e PDV

Petrobrás aprovou ‘Plano de Resiliência’, que prevê cortes de mais US\$ 8,1 bi em gastos operacionais e patrocínios

Em comunicado divulgado ontem à noite, a Petrobrás informou a aprovação do que chamou de “Plano de Resiliência”, com ações adicionais ao Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o período 2019-2023. De acordo com a companhia, o plano está baseado em três pilares para geração de valor. O primeiro deles é a ampliação do programa de desinvestimentos: a estatal prevê a inclusão de mais campos maduros de petróleo e gás localizados em terra e águas rasas, além de ativos de refino e logística. Segundo a companhia, esse novo plano não contempla ainda a revisão do pacote de venda de refinarias, que ainda está em estudo.

“Os desinvestimentos de ativos em que não somos donos naturais contribuem para melhorar a alocação do capital aumentando consequentemente a geração de valor. Simultaneamente, viabilizam a redução do endividamento e do custo de capital”, afirmou a Petrobrás no comunicado. O segundo pilar do plano diz respeito aos gastos operacionais gerenciáveis, que a companhia pretende diminuir em US\$ 8,1 bilhões, um acréscimo de 6,6% ao valor de US\$ 122,6 bilhões previstos no PNG. A Petrobrás cita cortes de gastos com pessoal – com anúncio de programa de demissão voluntária – e de despesas discricionárias, como publicidade e patrocínios, além de otimização do uso de prédios administrativos.

Por fim, a estatal afirma que está trabalhando também para liberar o excesso de capital que consta nas disponibilidades de caixa, realocando os recursos para usos mais produtivos. A companhia ressalta que não há previsão de mudanças no programa de investimentos aprovado no PNG 2019-2023. O cronograma referente aos novos sistemas de produção de óleo e gás está mantido, com exceção de Búzios 5, “que terá início de operação postergado de 2021 para 2022”, finaliza a petroleira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/03/2019****Seção: Metrópole****Autor: AFP, EFE e AP CARACAS****Título: Maior apagão venezuelano paralisa hospitais, escolas e transportes**

Às cegas. Corte de energia deixa por mais de um dia milhões de venezuelanos sem gasolina, metrô, ensino, atendimento médico e voos, isolando mais um país cujas fronteiras com Colômbia e Brasil estão fechadas; Maduro acusa EUA de travar 'guerra elétrica'

A Venezuela sofreu entre a noite de quinta-feira e o dia de ontem o maior apagão, em duração e abrangência, da história do país. Uma falha na Hidrelétrica de Guri, que fornece a maior parte da energia para o país, obrigou os venezuelanos a passar mais de um dia no escuro. Enquanto o líder da oposição, Juan Guaidó, usou o blecaute para convocar a população para um ato hoje contra o presidente Nicolás Maduro, o chavista atribuiu a falta de luz a uma "guerra elétrica" conduzida pelos Estados Unidos.

A falta de energia afeta também o Estado brasileiro de Roraima, único que não está interligado ao sistema elétrico nacional e depende da energia fornecida pelo país vizinho. Termoelétricas foram acionadas para compensar a falta de energia na Venezuela. Até a tarde de ontem, a luz tinha voltado de maneira parcial a 14 dos 23 Estados do país afetados pelo blecaute e na maior parte da Grande Caracas. Ao longo do dia, aulas foram canceladas e repartições públicas não funcionaram.

A partir das 17h50 de quinta-feira (no horário de Brasília), hospitais que não contavam com geradores passaram a sofrer problemas para manter unidades neonatais e UTIs em funcionamento. O metrô de Caracas não funcionou e postos de gasolina não conseguiam abastecer veículos em virtude da falta de luz. Longas filas se formaram nos que conseguiram manter o abastecimento. A maior parte do comércio não abriu nas maiores cidades do país. O apagão também afetou o setor de telecomunicações, uma vez que a maior parte das torres de telefonia e internet ficou sem energia.

Voos foram cancelados, com passageiros sem conseguir viajar dentro do país ou internacionalmente, e o serviço de fornecimento de água deixou de funcionar. O governo Maduro denunciou uma sabotagem contra a principal barragem de geração de energia elétrica no país. "A guerra elétrica do imperialismo americano será derrotada", disse o presidente. Elliott Abrams, representante do governo Trump para a Venezuela, negou que os EUA tenham qualquer envolvimento com o apagão, que ele atribuiu à má administração, corrupção e

más políticas econômicas. Guaidó, por sua vez, disse que o apagão é mais um motivo para marchar hoje contra Maduro. “Não é normal que 50% dos hospitais não tenham geradores”, disse. “Estamos vivendo uma tragédia.”

Durante a madrugada, ladrões aproveitaram a escuridão para agir. “Disse ao meu marido que decidi partir, pensava nisso há anos, mas chegou a hora”, disse Margarita Jardín, chorando em meio aos móveis revirados em sua pequena loja de impressão e fotocópias em Bello Campo, no leste de Caracas. A salvo das câmeras de segurança e sem vigilância no setor, os assaltantes abriram um buraco e levaram um computador, três impressoras, caixa registradora, ponto de pagamento eletrônico – vital pela falta de dinheiro em espécie – e guloseimas. Causas. O apagão de ontem é o mais prolongado já registrado na Venezuela. Em 2013, uma falha deixou Caracas e 17 Estados sem luz por seis horas. No ano passado, oito Estados ficaram sem luz por dez horas.

Os motivos do corte de luz eram desconhecidos. Segundo o engenheiro elétrico Miguel Lara, ex-diretor da estatal de energia Corpoelec, a longa duração do blecaute evidencia avançada deterioração da infraestrutura. “O equipamento e as linhas de transmissão estão sem manutenção e sem peças de reposição. Mas o mais grave é que não há material humano suficiente para os reparos.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Agência cobra planos de segurança de barragem de 62 hidrelétricas no País

Risco. Balanço da Agência Nacional de Energia Elétrica considera somente estruturas de médio e grande porte; outras 86 pequenas usinas também não entregaram a documentação. Problemas no cumprimento das normas envolvem empresas públicas e privadas

No País, 62 usinas hidrelétricas de médio e grande porte estão devendo à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) seus estudos de segurança de barragens, com todos os requisitos exigidos pela lei, previstos para os anos de 2017 e 2018. O balanço consta em dados oficiais do órgão federal obtidos pelo Estado. Se forem consideradas as hidrelétricas de pequeno porte, o problema se agrava: 86 unidades não entregaram a documentação exigida pela lei. Os números mostram que os problemas de segurança em barragens vão além dos reservatórios de rejeitos de minérios, fiscalizados pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Os acidentes nas minas de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) deixaram mais de 300 mortos e desaparecidos, além de estrago ambiental sem precedentes. As regras de segurança não são opcionais. Estão previstas na Lei de Segurança de Barragens, sancionada em 2010. Problemas no cumprimento dessa norma envolvem desde empresas privadas até companhias públicas, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, do Grupo Eletrobrás. Informações obtidas pelo Estado apontam que, desde o início de 2016, logo após a catástrofe de Mariana, a Aneel passou a enviar diversas notificações aos donos das 673 hidrelétricas do Brasil, pedindo que apresentassem os Planos de Segurança de Barragem (PSB) e os Planos de Ações de Emergência (PAE).

Esses dois documentos estabelecem medidas práticas que devem ser tomadas para prevenir incidentes ou, em casos de emergência, as ações que devem ser executadas. Os prazos de entrega desses estudos variavam de dois a quatro anos. Desse grupo, 24 hidrelétricas, que deveriam ter apresentado seus planos à agência até dezembro de 2017, não cumpriram a exigência e estão irregulares. Para outras 38 usinas, o prazo de apresentação dos documentos é até o próximo mês. Esse grupo constava na lista das unidades cujo prazo era 2018, mas a Aneel não considera o ano-calendário – por isso, o limite é até o fim de abril. Os nomes das unidades com documentação pendente não são revelados pela agência.

Multas. No caso de hidrelétricas que entregaram os planos de segurança fora do prazo, a Aneel tem recorrido a multas nos últimos anos. Essas punições têm seus valores fixados com base em um percentual do faturamento de cada empresa. Quatro dias após Brumadinho, a empresa Brookfield Energia Renovável, dona da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Caçador (RS), foi multada em R\$ 11.284, por ter apresentado estudos com atraso de cinco meses, em maio de 2018. Depois, o recurso da companhia foi rejeitado por unanimidade e o pagamento foi feito no último dia 14. Em nota, a Brookfield disse ter “entendimento divergente” sobre o prazo de entrega. Para a empresa, seu cronograma deveria ser dezembro de 2018, não dezembro de 2017.

“A empresa recorreu administrativamente da decisão do órgão regulador, mas optou pelo pagamento da multa, uma vez esgotadas as ações na esfera administrativa. A PCH Caçador cumpre atualmente com todas as obrigações dos ditames da lei”, declarou. A Chesf foi autuada em R\$ 780 mil por não ter entregado, até dezembro de 2017, os planos de segurança e emergência relacionados a sete hidrelétricas da estatal, todas elas de grande porte, como o Complexo Paulo Afonso, no Rio São Francisco. Os documentos tinham uma série de pendências e só chegaram à agência em maio. A estatal recorreu e o caso ainda precisa ser analisado pela diretoria colegiada da Aneel.

“As nossas 11 grandes hidrelétricas estão todas com seus planos de emergência e de segurança de barragem em dia. Essa autuação da Aneel chegou depois de entregarmos os estudos. Entendemos que essa multa deve ser arquivada”, disse o presidente da Chesf, Fábio Lopes. A Aneel é responsável pela fiscalização de 673 hidrelétricas no País, as quais controlam um total de 890 barragens. Do total das barragens de água fiscalizadas pela Aneel, 335 têm classificação alta de dano potencial ou risco de acidente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/03/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: 86 usinas menores não apresentaram documentos

Pela lei, as 797 hidrelétricas de menor porte do País – que produzem até 5 megawatts de energia – não precisam ser outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Após atualização cadastral dessas barragens, em 2018, a agência descobriu que 116 delas se enquadravam no perfil que exige planos de emergência e de prevenção. Nenhuma delas, porém, tinha esses documentos em mãos. Em 8 de fevereiro, a Aneel constatou que só 30 empresas haviam respondido às notificações de 2018. Até hoje, 86 barragens de pequeno porte não informaram se têm ou não os planos de segurança e emergência. A 2ª fase da fiscalização da Aneel envolve visita física às estruturas. Este ano, 39 hidrelétricas foram visitadas. O plano é chegar a 335 em dezembro. /A.B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Renata Batista / RIO

Título: Vale afasta mais 10 funcionários a pedido de força-tarefa

Investigadores apuram responsabilidade de 5 gerentes e 5 geólogos em queda de barragem em Brumadinho (MG)

A Vale comunicou ontem o afastamento de cinco gerentes e cinco geólogos da empresa, cuja saída havia sido pedida pela força-tarefa de promotores e policiais que apuram o rompimento da barragem de Brumadinho (MG), em 25 de janeiro. Na semana passada, a mineradora já havia afastado o presidente da empresa, Fábio Schvartsman, e três diretores, também a pedido dos investigadores. O prazo dado pela força-tarefa para a Vale decidir sobre os afastamentos era até a segunda-feira.

O gerente executivo de Governança de Geotecnia Corporativa, Alexandre Campanha; a gerente de gestão de Estruturas Geotécnicas, Marilene Araújo; o gerente executivo de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste, Joaquim Toledo; o gerente executivo do Complexo Paraopeba, Rodrigo Melo; e o geólogo vinculado à gerência executiva de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste, César Grandchamp, serão afastados definitivamente. Outros cinco funcionários serão realocados em outras funções. O setor de geotecnia da Vale, criado após o rompimento da barragem de Mariana em 2015, maior desastre ambiental do País, é o foco dos pedidos. Não só teria deixado de agir para reduzir riscos nessas estruturas, como teria trocado empresas e pressionado auditores para obter laudos de segurança, conforme os investigadores.

A demora da Vale em agir envolve a dificuldade para negociar os termos do afastamento, conforme apurou o Estadão/ Broadcast. A situação desse grupo é diferente da dos quatro dirigentes afastados na semana passada, que têm direito a vantagens relevantes. Os diretores têm apólice de seguro, a D&O (Directors & Officers) que cobre os custos processuais. Também têm contratos que cobrem multas e arrestos de patrimônio privado, desde que no fim dos processos sejam inocentados. Além disso, é garantida remuneração pós-emprego. Os integrantes da diretoria afastados receberão, somados, cerca de R\$ 80 milhões, mesmo que peçam demissão. Já os gerentes e funcionários não têm essas garantias em contrato.

A informação obtida, porém, é de que a Vale vai manter o pagamento de salário e da defesa deles até o fim do processo, caso sejam indiciados. “Era uma premissa da nossa parte para que tudo corresse sem qualquer contaminação ou interferência desses executivos e funcionários da empresa em algum tipo de prova, fazendo alguma pressão, exercendo alguma influência”, disse o delegado da Polícia Federal Luis Augusto Pessoa Nogueira, à frente das apurações sobre o desastre, que tem 193 mortos confirmadas e 115 desaparecidos.

Procurada pelo Estado, a Vale esclareceu que “o Conselho se reuniu e recomendou que a Diretoria Executiva seguisse a recomendação (da força-tarefa) em sua plenitude. Coube à Diretoria Executiva, a quem respondem os empregados, em reunião no dia 7, atender à recomendação da força-tarefa.”
/COLABOROU LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/03/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: A cultura do intervencionismo

Este artigo tem por objetivo fomentar a discussão sobre transparência de preços e a promoção da livre concorrência no mercado de combustíveis líquidos. Vamos utilizar como base das nossas ponderações e reflexões a minuta de resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que busca aumentar a transparência no processo de formação de preço dos combustíveis no Brasil.

De acordo com o regulador, a motivação foi o “quadro de insatisfação na sociedade brasileira que culminou na paralisação dos transportadores rodoviários autônomos”, por causa dos reajustes nos preços de combustíveis. Em que pese a nobre intenção da agência de aumentar a transparência, algumas ponderações devem ser feitas. A primeira, de caráter informativo, é que entre novembro de 2017 e maio de 2018 houve um aumento expressivo (44%) nos preços médios do petróleo Brent e uma depreciação de 12% do real ante o dólar.

Para manter a paridade internacional, os preços dos combustíveis precisaram aumentar cerca de 56%. Sem falar que o PISCoFins da gasolina e do diesel dobrou. A segunda, de caráter reflexivo, é questionar se é atribuição da ANP regular preços de combustíveis. Mais do que isso, será que preços devem ser regulados? O texto da Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo) e os princípios da política energética nacional não definem a intervenção nos preços como obrigação fundamental do regulador. A função da agência deve ser de fiscalização e punição coibindo práticas fraudulentas, como adulteração dos combustíveis e/ou sonegação de impostos.

Para garantir a livre concorrência, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), assessorado pela agência, deve agir apenas buscando cumprir essas regras de forma imparcial e isonômica. Exigir que o contrato celebrado entre produtor e distribuidor seja encaminhado a homologação pela ANP com o acréscimo do preço parametrizado, pactuado entre os contratantes, no caso o agente dominante, fere a liberdade de preços e causa instabilidade regulatória em toda a cadeia do mercado de combustíveis. Além disso, a resolução é conflitante com a consulta pública sobre a frequência de reajuste que concluiu que esta prática era inadequada.

A introdução da parametrização impõe uma regra fixa no contrato de frequência do reajuste e afetaria diretamente a atual política de hedge da Petrobrás. Esta, sim, uma prática de mercado para maior estabilização dos preços. O exemplo da Colômbia, que ingressou na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante a greve dos caminhoneiros, é ilustrativo. Um dos requisitos para a entrada na organização é o fomento à economia de mercado. Qualquer tipo de intervenção nos preços, mesmo os menos explícitos, poderá criar problemas à entrada de países na OCDE. Ainda

mais preços de combustíveis, que são commodities que, por definição, seguem as leis de mercado.

Experiências internacionais e literatura técnica sobre o tema já mostraram que a obrigatoriedade de preços paramétricos leva, inevitavelmente, à criação de uma fórmula de composição de preços. No etanol, por exemplo, não se verifica a exigência de preços paramétricos para homologação dos contratos, que usam como referência os valores divulgados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). O último aspecto, de caráter comparativo, é analisar o mercado de distribuição no Brasil em relação a outros países, entendendo se aqui as empresas têm vantagens.

A resposta é não. Em média, tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento adotam o modelo de bandeiramento e têm de 40% a 60% do mercado controlado por poucos agentes, como vemos no Brasil. Além disso, as margens praticadas por distribuidores e revendedores é entre 6% e 15%, similar aos 13% observados aqui. O Brasil está num momento ímpar na indústria de petróleo e gás, atraindo novos players em toda a cadeia. Assim como a Colômbia, o País também almeja participar da OCDE. Acabar com a cultura do intervencionismo, que trouxe prejuízos e custos incalculáveis, é um dos maiores desafios do governo. Ganha o consumidor e ganha o Brasil.

É DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Após saída de presidente e diretores, Vale afasta mais 10 funcionários

Rio de Janeiro- A Vale informou nesta sexta-feira (8) o afastamento de dez funcionários citados em recomendação da força-tarefa que investiga o rompimento da barragem de Brumadinho (MG), no fim de janeiro.

A decisão foi tomada pela diretoria da mineradora em reunião na quinta-feira (7). Até o momento, as autoridades contabilizam 19 7 mortos e 111 desaparecidos.

No sábado (2), a companhia já havia comunicado o afastamento voluntário de três diretores e do presidente da companhia, Fabio Schvartsman.

Dentre os dez afastados nesta quinta, sete foram presos no dia 15 de fevereiro e liberados 13 dias depois: Joaquim Pedro de Toledo, Cristina Heloiza da Silva Malheiros, Renzo Albieri Guimarães Carvalho, Arthur Bastos Ribeiro, Alexandre

de Paula Campanha, Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo e Felipe Figueiredo Rocha.

Os outros três são Cesar Augusto Paulino Grand-champ, Washington Pirete da Silva e Rodrigo Artur Gomes de Melo, que era gerente-executivo do complexo Paraopeba, onde fica a mina Córrego do Feijão.

O restante está ligado à área de geotecnia da mineradora.

Em nota, a Vale disse que o afastamento atende os interesses das investigações e segue diretriz institucional de “contribuir com todas as autoridades envolvidas na apuração dos fatos”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/03/2019

Seção: Mundo

Autor: Yan Boechat

Título: Venezuela entra na segunda noite de apagão energético

Eletricidade retorna brevemente em partes do país no fim da tarde, mas volta a cair

O maior apagão da história recente da Venezuela levou caos, angústia e incerteza aos moradores de Caracas e de praticamente todos os estados venezuelanos, que ficaram mais de 24 horas sem luz e sem informações concretas sobre o que acontecia no país.

Com a queda da eletricidade na tarde de quinta (7), as ruas de Caracas foram tomadas por milhares de pessoas que tentavam voltar para casa a pé.

Houve interrupção total do sistema de transporte sobre trilhos da capital. Os ônibus desapareceram das ruas, e taxistas e moto taxistas subiram as tarifas para até um salário mínimo para corridas rápidas.

O sistema de comunicação, incluindo redes móveis de telefonia e internet, entrou em colapso na quinta e continuaram assim até a tarde de sexta (8).

Parte dos hospitais não conseguiu acionar geradores, e relatos de partos e até de cirurgias feitas sob a luz de celulares e velas se espalharam pelas redes sociais.

Sem informações sobre quando a energia poderia retornar, muitos venezuelanos começaram a cozinhar alimentos que tinham estocado.

“O segredo é ferver um pouco. Deixar na água e colocar bastante sal e um pouco de alho, se tiver. Depois de algumas horas, volta-se a ferver e a colocar mais sal”, contava a aposentada Maria Ruiz, 62.

Seu vizinho, o motorista aposentado Roberto Mulas, 65, decidiu esperar mais. Ficou como o responsável por cuidar de quatro frangos, dois dele e dois de duas vizinhas, que tinha no congelador.

A cada duas horas, abria o freezer correndo para ver se continuavam congelados. “Acho que aguentam até a noite”, disse. “E que, além de caro, [o frango] é muito difícil de achar, precisamos tomar todo o cuidado para não perdê-los.”

O serviço de eletricidade começou a ser restabelecido aos poucos em Caracas e outras regiões da Venezuela por volta do meio-dia de sexta. Mas, em alguns pontos da capital e em outras regiões do país, a retomada do fornecimento foi interrompida e o apagão voltou a essas zonas, constatou a agência de notícias AEP.

O ditador Nicolás Maduro atribuiu o apagão a uma sabotagem na usina hidrelétrica de El Guri, que teria sofrido um ataque cibernético organizado pelos Estados Unidos para desestabilizar o país.

Instalada próximo à fronteira com o Brasil, a usina tem capacidade instalada de cerca de 10 mil gigawatts e abastece praticamente todo o país, além de fornecer energia elétrica ao estado brasileiro de Roraima, que teve de acionar termelétricas locais para garantir o abastecimento.

O autoproclamado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, acusou o governo de não realizar manutenção no sistema elétrico.

Durante a madrugada, o país já se dava conta de que vivia uma situação inédita. Cortes de luz são comuns em várias partes da Venezuela. Mas um apagão dessa magnitude jamais havia ocorrido — foi mais um marco na profunda crise que a Venezuela enfrenta.

As aulas e os serviços públicos foram suspensos. Sem transporte e sem informação, muitos tentaram chegar ao trabalho — não sabiam que o governo havia declarado uma espécie de feriado informal por conta do colapso do sistema elétrico.

Maria Hernandez Alvaredo, 35, já contava uma hora e meia de caminhada quando foi informada de que sua empresa não havia aberto as portas. “Vou voltar para casa. Ontem caminhei três horas no escuro para chegar ao meu apartamento.” “O que vamos fazer, assim está a Venezuela, chegamos a esse

ponto, de não ter luz, transporte, telefone e nem mesmo água”, dizia Ernesto Pereira, dono de uma lanchonete. “Nos levaram tudo.”

Supermercados, centros comerciais e praticamente todo o comércio, fecharam as portas.

Em uma padaria no bairro de Sebucan, caraquinhos faziam fila para comprar água mineral. O dono tabelou a garrafa de água de 1,5 litro em US\$ 1.

“Só consegue comprar quem tem dinheiro, por sorte eu tinha uma nota de US\$ 10 e acho que vou conseguir levar dez garrafas”, disse a professora Alicia Martinez, 42.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Brumadinho: Vale afasta executivos após recomendação da força-tarefa

A Vale afastou ontem cinco executivos e realocou outros cinco funcionários após uma recomendação da força-tarefa que investiga o desastre da barragem I, da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

A Vale afastou ontem cinco executivos e realocou outros cinco funcionários após uma recomendação da força-tarefa que investiga o desastre da barragem I, da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

No último sábado, quatro executivos da mineradora, incluindo o diretor-presidente, Fabio Schvartsman, se afastaram de forma “voluntária”. Eles entregaram ao Conselho de Administração pedidos de desligamentos temporários de suas funções.

O documento da força-tarefa pediu o afastamento de Alexandre de Paula Campanha, gerente executivo de Governança da Geotecnia Corporativa; Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo, gerente de Gestão de Estruturas Geotécnicas; Joaquim Pedro de Toledo, gerente executivo de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste; Cesar Augusto Paulino Grandchamp, geólogo vinculado à Gerência Executiva de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste e Rodrigo Artur Gomes de Melo, gerente Executivo do Complexo Paraopeba. Outros cinco funcionários afastados de suas funções tiveram a recomendação para realocação.

O rompimento da barragem de Brumadinho ocorreu em 25 de janeiro, deixando 193 mortos e 115 desaparecidos. O balanço foi divulgado na noite de quinta-

feira pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Os bombeiros usam 70 máquinas, seis drones e seis cães nas buscas. De acordo com a corporação, 138 militares trabalham em 21 frentes de buscas. Não há prazo para que as operações sejam encerradas. (Com G1)

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/03/2019

Seção: O Mundo

Autor:

Título: Colapso energético

Acostumada a apagões eventuais, Venezuela sofre blecaute geral de mais de 20 horas

CARACAS- A Venezuela viveu entre as 16h53m de quinta-feira e ontem o pior blecaute de sua História recente, o que evidenciou a deterioração do sistema elétrico do país. Acostumados a cortes eventuais, 22 dos 23 estados venezuelanos ficaram totalmente sem energia durante pelo menos 20 horas devido a uma falha na maior hidrelétrica do país, a de Guri, no estado de Bolívar, na fronteira com o Brasil. O estado brasileiro de Roraima, que recebe energia de Guri, foi afetado e teve que acionar termelétricas para garantir o fornecimento elétrico.

Às 13 de ontem, o serviço foi restaurado em algumas áreas de Caracas, mas a luz voltou a cair e até a noite grande parte da Venezuela continuava às escuras, paralisando hospitais, necrotérios, escolas, repartições públicas, metrô e trens. Os dois blecautes anteriores no país duraram menos tempo e afetaram área menos extensa: em 2013, um corte de energia em Caracas e 17 estados durou seis horas, e em 2018 um apagão em oito estados durou 10 horas.

O Aeroporto Internacional Simón Bolívar, próximo a Caracas, ficou às escuras e grande parte dos voos foi suspensa, deixando passageiros presos no principal terminal aéreo do país. Nas redes sociais, usuários relataram problemas para cozinhar, se locomover ou usar o celular — grande parte da telefonia ficou fora do ar. O apagão também provocou o colapso da Venalum, uma das fábricas de alumínio mais importantes da América Latina.

Um dos maiores dramas foi o dos hospitais. Segundo José Manuel Olivares, médico e deputado pelo estado de Vargas, alguns locais, como o hospital La Victoria, a maternidade El Valle e o Hospital General del Sur ficaram totalmente sem energia. Outros, como o Hospital Universitário de Caracas, funcionavam para emergências e unidades de tratamento intensivo. Crianças em UTIs tiveram que ser mantidas vivas com respiradores manuais.

GOVERNO CULPA EUA

O governo de Nicolás Maduro atribuiu o problema a um ataque cibernético ao sistema de controle informatizado da usina de Guri, que fornece 80% da energia do país, e prometeu apresentar provas. Outras fontes de eletricidade, incluindo termelétricas, não conseguiram compensar a falha. “A guerra elétrica anunciada e dirigida pelo imperialismo americano contra nosso povo será derrotada”, disse Maduro no Twitter. Na véspera de manifestações convocadas para hoje pela oposição e pelo governo, a vice-presidente Delcy Rodríguez e ministros também acusaram os EUA.

— Sem dúvida, foi uma agressão preparada, deliberada, bem arquitetada, como sabe muito bem fazer o império americano — disse o ministro da Defesa, general Vladimir Padrino.

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, e o senador republicano Marco Rubio, da Flórida, zombaram das acusações. Em discurso em Caracas, o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó — que se autoproclamou presidente interino em janeiro — atacou o governo:

— Continuam a procurar culpados, quando foi a corrupção que causou esta situação. A Venezuela é um país que exporta eletricidade excedente, inclusive na região, e hoje estamos sofrendo com isso.

De acordo com analistas, os apagões aumentaram com a saída de empresas privadas e regionais do negócio. Em 2008, o então presidente Hugo Chávez criou a Corporação Elétrica Nacional (Corpoelec), centralizando o sistema.

Nos anos recentes de recessão econômica, a falta de investimento, o êxodo de profissionais, a má gestão e a incapacidade das usinas termelétricas de substituírem o fornecimento de Guri em emergências agravaram a situação.

SEM MANUTENÇÃO

Para Miguel Lara, engenheiro que trabalhou na agência estatal que supervisiona a rede elétrica, o apagão evidencia que a deterioração da infraestrutura de energia é pior do que se imaginava:

— Praticamente nada está funcionando mais, nem as termelétricas de backup. Não temos peças de reposição nem pessoal qualificado. Tiraram profissionais para pôr apoiadores políticos, suspenderam planos de manutenção, fizeram compras desnecessárias e desperdiçaram recursos.

José Aguilar, outro especialista no sistema elétrico do país, afirmou que o apagão é sem precedentes: — Trabalhei no sistema de 44 países, onde apagões

acontecem, mas não um blecaute quase total em um país inteiro e por tantas horas. Isso evidencia a deterioração profunda do sistema elétrico — disse ao jornal El Nacional.

No fim da noite, foram registrados paneiros em bairros de Caracas, e pessoas faziam fila nos postos abertos para comprar gasolina a fim de abastecer geradores.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/03/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Lupa

O afastamento de dez funcionários da Vale nesta sexta-feira (8) “atende a uma necessidade da investigação”, diz Luiz Augusto Pessoa Nogueira, delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito que apura o rompimento da barragem em Brumadinho (MG).

Lupa 2

“Agora poderemos trabalhar sem ter dúvida ou suspeita de que as provas possam estar sendo contaminadas”, diz Pessoa Nogueira.

Gaveta

Ele afirma ainda que, caso os funcionários não tivessem sido afastados, “o próximo passo seria pedir medidas cautelares junto ao judiciário. O que, em princípio, não vai ser necessário”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/03/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORREA

Título: Governo precisará de mais que reforma para zerar déficit

Efeito da mudança será sentido a longo prazo. Para obter resultado fiscal esperado em 2019, saída será fazer privatizações

BRASÍLIA- A reforma da Previdência é a medida mais importante para equilibrar as contas públicas, mas, sozinha, não será suficiente para resolver o déficit bilionário, principalmente no curto prazo. Mais focada em um ajuste estrutural e com um impacto fiscal que crescerá aos poucos nos próximos anos, a proposta

não atende à meta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de zerar o rombo fiscal neste ano.

Para isso, o governo terá de recorrer a receitas extraordinárias, como concessões de infraestrutura, privatizações e leilões de petróleo. E, mesmo no longo prazo, para que tenham efeito fiscal, as novas regras deverão ser acompanhadas de outras reformas, como a do funcionalismo, alertam especialistas.

Analistas projetam que o país fechará este ano com um déficit primário (sem contar o pagamento de juros) de quase R\$ 100 bilhões. Guedes espera um resultado fiscal bem diferente: zero. A promessa é garantida desde a campanha. Mas ele sabe que o objetivo só será alcançado com ajuda de receitas extraordinárias, ou seja, que vão além da arrecadação de impostos.

Recentemente, em um jantar com jornalistas, Guedes reconheceu que essa será a estratégia adotada: — A reforma da Previdência só entra para ajudar ano que vem. Não quer dizer que vou ficar parado. Eu faço qualquer coisa, vou de cessão onerosa, vou de privatização, vou de devolução de caixa, vou buscar esse dinheiro. Eu quero zerar.

Quando fala em cessão onerosa, o ministro se refere ao acordo entre o governo federal e a Petrobras em que a União entregou à empresa o direito de explorar cinco bilhões de barris de óleo numa área do pré-sal que, na verdade, tem reserva muito superior a este volume. Um mega-leilão para licitar esse excedente foi marcado para outubro e deve render aos cofres públicos R\$ 100 bilhões.

Embora o certame esteja marcado, a rodada só sairá do papel quando houver uma renegociação do contrato entre a Petrobras e o governo. Esse assunto pode ser resolvido por meio de um aval do Tribunal de Contas da União (TCU).

A equipe econômica deve lançar mão de concessões de aeroportos, ferrovias e portos que podem gerar uma arrecadação de R\$ 3,4 bilhões. A privatização da Eletrobras deve render R\$ 12 bilhões, mas precisa de autorização do Congresso para ser realizada, e sua receita já está prevista no Orçamento deste ano — ou seja, não terá impacto fiscal no ano.

Todas essas receitas, no entanto, seriam pontuais — não se repetirão nos anos seguintes. É possível até que, mesmo que a meta de zerar o déficit em 2019 seja alcançada, o país volte ao vermelho em 2020.

Para o ano que vem, a expectativa de analistas é de déficit de R\$ 65 bilhões. Se aprovada, a reforma da Previdência já ajudaria a entregar resultado melhor, mas o impacto da medida começa pequeno. O governo não divulgou a

economia ano a ano, mas estimativa feita pelo economista André Gamerman, da ARX Investimentos, mostra que, no primeiro ano de vigência, as novas regras resultariam numa economia de R\$ 18,9 bilhões. Esse impacto positivo subiria gradualmente, até chegar a R\$ 228,3 bilhões em 2030, projeta o economista.

— Sem aumento de imposto, o déficit primário deve zerar entre 2021 e 2023. É possível que, com um grande leilão do pré-sal e outras medidas (concessões e privatizações), seja possível, eventualmente, zerar o déficit antes — estima.

Em entrevista à colunista Míriam Leitão, na semana passada, o economista do Itaú Unibanco Pedro Schneider estimou que, mesmo que a proposta seja aprovada, o gasto com Previdência continuará a subir, passando de 58% do Orçamento para 75% ao longo de uma década.

Isso comprometeria a sustentabilidade do teto de gastos, que impede que as despesas do governo cresçam mais que a inflação do ano anterior, colocando em risco investimentos em outras áreas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/03/2019

Seção: Economia

Autor: Bruno Santa Rita/Marília Sena

Título: Gasolina sobe no refino

O preço da gasolina voltou a subir ontem nas refinarias sem tributos, passando de R\$ 1,6865 para R\$ 1,7287, uma alta de 2,5%. O aumento foi reflexo de uma semana conturbada no mercado financeiro, que elevou a cotação do dólar. Atualmente, a política de preços da estatal se baseia na variação do câmbio e no preço do barril de petróleo.

O Correio percorreu 30 postos na cidade e constatou que o valor nas bombas ainda não sofreu impacto. Porém, o gerente de um dos estabelecimentos localizados na Estrada Parque Taguatinga (EPTG) informou que as revendedoras devem começar a repassar o reajuste em menos de quatro dias. Ontem, os preços mais em conta foram encontrados no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), na própria EPTG e em alguns postos do Plano Piloto (veja tabela).

O presidente do Sindicombustíveis do Distrito Federal (DF), Paulo Tavares, informou que existe uma guerra de preços acontecendo e algumas revendedoras insistem em manter o valor baixo. “A revenda se sacrifica e não repassa o aumento de custos para o consumidor em sua totalidade. A gente trabalha sem lucro para não perder cliente”, explicou.

Tavares informou que o Sindicombustíveis abriu processos nos órgãos de fiscalização responsáveis para denunciar a prática de dumping — quando empresas vendem o produto muito abaixo do valor justo com a finalidade de promover concorrência desleal. “Em um futuro próximo, se continuar desse jeito, vamos ter apenas algumas grandes empresas que sobreviverão e dominarão o mercado”, alertou.

O motoboy Deividson Santos, 25 anos, explicou que costuma ser muito afetado pela alta nos preços. “Na minha profissão, isso complica muito. Não dá para ganhar dinheiro suficiente para as contas se tiver que gastar muito com a gasolina”, lamentou. Para se prevenir, Deividson vende artesanato. “É uma renda alternativa. Me ajuda um pouco”, contou.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

- Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 4/3/2019 8/3/2019

Petrobras – Posto da Lava Jato	—	4,09
Petrobras – Eixo W 106 Sul	3,98	4,07
Auto Lus – Eixo W 107 Sul	—	—
Petrobras – Eixo W 109 Sul	4,10	4,09
Shell – Eixo W 115 Sul	4,08	3,99
Petrobras – Eixo L 214 Sul	4,11	4,09
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,11	4,09
JarJour – Eixo L 210 Sul	4,11	4,07
Petrobras – Eixo L 207 Sul	4,11	4,07
PB – Eixo L 206 Sul	3,98	4,08
Melhor – Eixo L 204 Sul	4,10	4,08
Petrobras – Eixo L 202 Sul	4,11	4,09
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	4,21	4,3
JarJour – Eixo L 206 Norte	4,11	4,07
Petrobras – Eixo L 208 Norte	4,11	4,08
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	4,11	4,08
Shell – Eixo L 212 Norte	4,11	4,07
Petrobras – Eixo L 214 Norte	4,12	4,09
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	4,12	—
Petrobras – Eixo W 113 Norte	4,09	4,08
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	4,12	4,09
Shell – Eixo W 109 Norte	—	4,08
Petrobras – Eixo W 107 Norte	4,11	4,07

Petrobras – Eixo W 103 Norte 4,67 5,00
Petrobras – SIG Quadra 3 4,15 4,14
Shell – SIG Quadra 3 4,15 4,14
Garantia – EPTG 3,99 3,99
Safeway – EPTG — 3,99
V-Tex – EPTG 3,99 3,99
Ipiranga – EPTG 4,09 3,99

MME / ASCOM .